



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROJETO DE LEI N.º 3.442, DE 2019**

**(Do Sr. Pompeo de Mattos)**

Altera a Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para disciplinar a rotulagem dos produtos alimentícios a fim de dar maior transparência as informações de produtos com menos de um quilograma.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-10695/2018.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigor acrescida do seguinte artigo:

“Art. 21 .....

.....

Art. 21-A Nos produtos alimentícios com conteúdo líquido menor que 1 quilograma é facultada a informação nutricional fracionada desde que haja tabela de informação nutricional sobre os valores referentes ao volume total do conteúdo da embalagem.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A cada ano que passa vem aumentando o número de obesos em nosso país. A obesidade, que já é um grave problema de saúde pública em várias partes do mundo, tem se agravado no Brasil tanto pela oferta intensa que alimentos industrializados, com elevados teores de gorduras, de sal e de açúcar, que são disponibilizados no mercado, como pela falta de informação sobre os malefícios do consumo exagerado que fragilizam a saúde da população.

Diante deste quadro é imprescindível que o Brasil, a exemplo das boas práticas internacionais, discuta uma nova abordagem de vida equilibrada entre indivíduos e o consumo de alimentos industrializados. Práticas e padrões de produção e consumo vêm sendo repensadas pelas nações mais desenvolvidas e indubitavelmente devem ser experimentadas e implementadas em nossa sociedade.

A ideia central é imprimir novas estratégias para restabelecer saúde da população, de forma a garantir sustentabilidade da vida humana e combater os vícios de consumo que são uma grande ameaça à saúde humana e ao equilíbrio do meio ambiente.

Nesta toada, a proposição que ora se apresenta à consideração dos nobres colegas deputados objetiva contribuir para o enfrentamento do problema acima delineado através da transparência total de informações nutricionais dos produtos, o que seria salutar para a população escolher de forma mais consciente a quantidade de alimentos a ser ingerido.

Atualmente, a tabela de informação nutricional dos produtos traz a informação de apenas uma porção de cerca de 10% a 15% do conteúdo total da embalagem. Entretanto, se o indivíduo consumir o conteúdo total da embalagem estará ingerindo um número mais alto de calorias, açúcares e componentes prejudiciais à saúde, muitas vezes sem ter a plena consciência do que isto pode representar. Faz-se importante, portanto, que, além da informação fracionada, conste também a informação total dos nutrientes contidos nas embalagens com volume menor que um quilograma.

Destaco que esta proposta é uma sugestão de meu colega partidário Jota Oliveira, vice-presidente do PDT do município de Canela-RS, e por concordar com os argumentos

despendidos por este, que demonstram a necessidade da proposta, entendo oportuna a sua apresentação e espero aprovação rápida do presente Projeto de Lei.

Brasília, em 11 de junho de 2019.

**POMPEO DE MATTOS**  
DEPUTADO FEDERAL  
PDT- RS

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA</b> Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC</p>
--

## **DECRETO-LEI Nº 986, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969**

Institui normas básicas sobre alimentos.

**OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR**, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

**DECRETAM:**

.....

### **CAPÍTULO III** **Da Rotulagem**

.....

Art. 21. Não poderão constar da rotulagem denominações, designações, nomes geográficos, símbolos, figuras, desenhos ou indicações que possibilitem interpretação falsa, erro ou confusão quanto à origem, procedência, natureza, composição ou qualidade do alimento, ou que lhe atribuam qualidades ou características nutritivas superiores àquelas que realmente possuem.

Art. 22. Não serão permitidas na rotulagem quaisquer indicações relativas à qualidade do alimento que não sejam as estabelecidas por este Decreto-lei e seus Regulamentos.

.....

.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------